

PARECER N. 09/2022 – CONTROLADORIA GERAL

PAD: 282/2021

Assunto: Análise da Abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento do Coren-RO, exercício de 2022.

Senhor Presidente,

Recebemos na Controladoria Geral o PAD n. 282/2021, com vistas a emitir parecer acerca da 2ª Reformulação Orçamentária para o exercício de 2021 do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia – Coren-RO, cabendo, portanto, a necessária análise e a respectiva manifestação, conforme a seguir:

No âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais e o Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen 421/2012, dispõe sobre as responsabilidades:

Art. 23. Compete ao Plenário do Cofen:

(...)

XXVI - aprovar as aberturas de créditos orçamentários adicionais, especiais ou suplementares do Cofen e homologar as dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

Pelo Regulamento aprovado pela Resolução Cofen 340/2008, dispõe;

Art. 24. O Orçamento Anual poderá conter autorização à Presidência para:

I. abrir créditos suplementares até o limite que fixar;

“Art. 28 – A Presidência enviará ao Plenário e este, por decisão, aprovará ou modificará o orçamento e os quadros de detalhamento da despesa.

§ 1º – Para os fins do que dispõe este artigo, entende-se:

1. por alteração de quadro de detalhamento da despesa, a redistribuição dos valores atribuídos ao



Coren^{RO}

Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia

desdobramento dos elementos de uma unidade orçamentária, sem alterar o total do respectivo elemento;

2. por modificação de orçamento, as alterações dos elementos de despesa, excluídos os créditos especiais.

§ 2º – Os pedidos de alteração a que se refere o item 1 do Parágrafo Anterior serão encaminhados, em modelos próprios, ao Plenário de seu Órgão para análise e aprovação. Nos casos dos Conselhos Regionais estas alterações deverão ser informadas ao Conselho Federal.

§ 3º – Os pedidos de modificação a que se refere o item 2 do Parágrafo Anterior serão encaminhados, em modelos próprios, ao Plenário de seu Órgão para análise e aprovação. Nos casos de modificação do valor global do orçamento dos Conselhos Regionais, deverão ser enviadas ao Conselho Federal para apreciação e aprovação.”

Art.89 – Consideram-se recursos para abertura de créditos especiais e suplementares, desde que não comprometidos:

I. O “superávit” financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II. Os provenientes de excesso de arrecadação;

III. Os resultantes de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias ou de créditos especiais, incluídas, entre aquelas, Reservas de Contingência;

IV. O produto de operações de créditos realizadas;

Pela Resolução Cofen n. 503/2016, art. 2º § 5º:

“As propostas orçamentárias poderão fixar limites de até 25% do valor total do orçamento à Presidência do Conselho Federal ou Regional de Enfermagem, para que a mesma autorize abertura de créditos adicionais suplementares e especiais;”

Pela Resolução Cofen n. 503/2016, art. 4º § 2º:

Caso a(s) alteração(ões) aumente(m) o valor global do orçamento, o Conselho Federal de Enfermagem deverá homologar a Decisão Coren que a(s) tenha(m) aprovado no âmbito do Regional, estando autorizada a sua utilização após a aprovação pelo Cofen.

Tendo em vista as atribuições contidas no anexo da Decisão Coren – RO n. 007/2021 – Caderno de Atribuições do Coren-RO, item 4, encaminhamos abaixo a análise do referido processo:

4.1.1 Controladoria-Geral

Competências: É o órgão técnico responsável por controlar as atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial do Coren-RO, sob os princípios constitucionais.

(...)

4. Auxiliar e avaliar a proposta orçamentária, suas reformulações, bem como a abertura de créditos adicionais, especiais ou suplementares, para exame da Diretoria e aprovação do Plenário.

Trata-se de solicitação de autorização da 2ª Reformulação Orçamentária para o exercício de 2022 no valor geral de **R\$ 349.546,76 (Trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos)** para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial de despesas, conforme quadro geral da 2ª reformulação fls. 158.

Neste sentido, o valor global do Orçamento deste Regional **não** sofrerá alterações permanecendo no valor de R\$ 4.864.896,25 (Quatro milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).

Quadro I: Quadro Geral da 2ª Reformulação do Coren-RO.

Rubrica	Conta	Dotação atual R\$	Redução R\$	Aumento R\$	Saldo Final R\$
6.2.2.1.1.02.31.90.016.004	Horas Extras	0,01	0,00	10.000,00	10.000,01
6.2.2.1.1.01.33.90.030.006	Gêneros Alimentícios	5.425,00	0,00	4.575,00	10.000,00
6.2.2.1.1.01.31.90.011.023	Férias – Abono Pecuniário	5.000,00	0,00	5.000,00	10.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.014	Serviços Relacionados a Tecnologia da Informação	16.704,51	0,00	9.295,49	26.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.030.001	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	28.354,15	0,00	21.645,85	50.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.012.002	Locação de Bens Móveis	93,36	0,00	14.906,64	15.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.001	Serviços Terceirizados – PJ	11.626,22	0,00	223.373,78	235.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.002	Serviços Gráficos e Editoriais	10.000,00	0,00	60.000,00	70.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.010	Intermediação de Estágios	2.250,00	0,00	750,00	3.000,00
6.2.2.1.1.01.31.90.011.001	Vencimentos e Salários	100.000,01	100.000,00	0,00	0,01
6.2.2.1.1.01.33.90.041.001.001	Transferência para o Cofen	251.739,71	249.546,76	0,00	2.192,95
TOTAL		431.192,97	349.546,76	349.546,76	431.192,97

No que tange a autorização prevista no inciso III do §1º do artigo 43 da Lei n. 4.320/1964, as informações apresentadas encontram-se em consonância para a respectiva reformulação.

A Lei n. 4.320/64 descreve:

Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I – Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (grifo nosso).

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei (GRIFEI).

Procedida à análise, cabe registrar que os termos da minuta de decisão e o anexo da mesma, insertos no respectivo processo administrativo às fls. 160 e 161, estão de acordo com os normativos legais, devendo, portanto, ter sua eficácia convalidada pelo Presidente da Autarquia e/ou pelo Plenário do Coren-RO, ressaltando que após as providências tomadas, o ato oficial deverá ser encaminhado ao Conselho Federal de Enfermagem para conhecimento no que tange a abertura de créditos adicionais suplementar, nos termos do §2º, artigo 28 da Resolução Cofen n. 340/2008 (anexo II).

Cabe registrar, que o Regional deverá atentar quanto às reformulações e considerar que se acontecer diversas transposições podem desfigurar o orçamento inicial e dificultar a sua execução, além de abrir portas para o déficit de execução orçamentária no decorrer do exercício financeiro de 2022.

Diante de todo o exposto, esta Controladora se manifesta favorável à 2ª reformulação orçamentária do Coren-RO, exercício de 2022, concernentes às Aberturas de Créditos Adicionais Suplementar no valor de R\$ 349.546,76 (Trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), enfatizando que o

orçamento anual desta Autarquia permanecerá no valor de **R\$ 4.864.896,25 (Quatro milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos)**, nos termos dos incisos III §1º do artigo 43 da Lei n. 4.320/1964.

Este é o parecer que encaminhamos para deliberação superior.

Porto Velho – RO, 15 de fevereiro de 2022.

Mara Rúbia F. de Oliveira Sousa
Controladora Geral
Portaria Coren-RO n. 046/2021